

PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1940: ENTRE O LIBERALISMO E O INDUSTRIALISMO.

Pablo Bielschowsky¹

RESUMO

O artigo parte da hipótese que o pensamento econômico brasileiro durante o governo Dutra é a expressão subjetiva das disputas entre as frações de classe da grande burguesia em torno da condução da política econômica. O debate econômico no período foi polarizado entre as correntes liberal e industrialista e se orientou pelas controvérsias sobre a inflação, a política cambial, a industrialização, a modernização agrícola, os transportes, o setor elétrico, o petróleo e o planejamento. Após um período inicial de hegemonia liberal, a crise cambial de 1947 e a campanha da grande burguesia contra a restrição do crédito colocaram o liberalismo em xeque e os industrialistas passaram a hegemonizar o debate econômico no final do governo.

Palavras Chave: Governo Dutra, Pensamento Econômico, Política Econômica.

ABSTRACT

The article starts from the hypothesis that Brazilian economic thought during the Dutra government is the subjective expression of the disputes between the fractions of class of the great bourgeoisie over the conduct of economic policy. The economic debate in the period was polarized between the liberal and industrialist currents and was guided by controversies about inflation, exchange rate policy, industrialization, agricultural modernization, transport, the electricity sector, oil and planning. After an initial period of liberal hegemony, the 1947 currency crisis and the campaign of the big bourgeoisie against the credit crunch put liberalism in check and industrialists began to hegemonize the economic debate at the end of the government.

Key Words: Dutra Government, Economic Thought, Economic Policy.

JEL: B20, N16.

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e membro do Marxistas da Rural (MAR)

INTRODUÇÃO

O debate econômico no governo Dutra ficou polarizado entre duas correntes, os “liberais” e os “industrialistas tradicionais”. A corrente “industrialista entreguista”, em gestação, também participou do debate econômico em uma posição secundária.

O liberalismo econômico unia os porta-vozes da burguesia comercial e financeira e dos latifundiários, além de diversos políticos, jornalistas e acadêmicos. Entre os representantes das classes patronais se encontravam Décio Ferraz Novais da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Clóvis Leite Ribeiro e João Di Pietro ligados às associações de lojistas de São Paulo, Gastão Vidigal ligado aos financistas e comerciantes paulistas, Correia e Castro do setor privado de petróleo, Daniel de Carvalho líder dos comerciantes e latifundiários e Candido da Motta Filho advogado dos latifundiários. Entre os jornalistas a principal referência liberal era Dario de Almeida Magalhães diretor do Correio da Manhã. Os principais líderes políticos liberais no Parlamento eram o baiano Aliomar Baleeiro e o usineiro pernambucano e professor da Universidade do Brasil Alde Sampaio, ambos da UDN. Os principais acadêmicos liberais eram Eugenio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões da Universidade do Brasil e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Também se destacavam os professores da USP Dorival Teixeira Vieira e Teotônio Monteiro de Barros Filho ligados à burguesia comercial, e os professores da Universidade do Brasil Jorge Kingston e Costa Pinto. A criação da FGV que editou a Revista Brasileira de Economia desde 1947 foi decisiva para elevar o nível teórico do pensamento econômico liberal no Brasil.

O projeto de industrialização unia os representantes da burguesia industrial, técnicos do Estado e militares nacionalistas. Com a destruição ou esvaziamento dos órgãos de planejamento² os industrialistas tradicionais se abrigaram no Departamento Econômico da CNI e na FGV. A CNI, liderada por Roberto Simonsen, acolhia Rômulo de Almeida, Ewaldo Correa Lima, Heitor Lima Rocha, Ernesto Street, Joaquim Mangia e José Knaack de Souza. A FIESP patrocinava os intelectuais Heitor Ferreira Lima que havia saído do PCB, Djacir de Menezes da Universidade do Brasil e Roberto Pinto de Souza professor da USP. A USP também contava com Nuno Fidelino Figueiredo. A FGV abrigava Richard Lewinsohn, Américo Barbosa de Oliveira e Jesus Soares Pereira, que publicavam a revista Conjuntura Econômica. Lewinsohn também era professor da Universidade do Brasil. Entre os militares nacionalistas destacavam-se Horta Barbosa, Macedo

² Rômulo de Almeida (1950) descreveu a extinção dos órgãos de planejamento nos governos Linhares e Dutra. A Coordenação da Mobilização Econômica e a Comissão de Planejamento Econômico foram extintas em 1945, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, criado por iniciativa de Roberto Simonsen para realizar o planejamento central, foi extinto em 1946, e o Conselho Federal do Comércio Exterior foi extinto em 1949. O governo Dutra também esvaziou o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e o Dasp. O Conselho Nacional de Economia criado em 1949 foi dominado pelos liberais e o Conselho Nacional do Petróleo foi dominado pelos técnicos favoráveis ao capital estrangeiro. O militar nacionalista Anápio Gomes (1948) defendeu a atuação da Coordenação de Mobilização Econômica durante a segunda guerra.

Soares, Carlos Berenhauser Júnior e Anápio Gomes. O projeto industrialista também contava com a participação dos socialistas Nelson Werneck Sodré e Moacir Paixão. A atuação do departamento econômico da CNI que editou a revista Estudos Econômicos em 1950 e a criação da FGV que editava a revista Conjuntura Econômica desde 1947 foram decisivas para o amadurecimento teórico do projeto industrialista tradicional.

Nos debates sobre o estatuto do Petróleo e o setor elétrico e na Comissão Mista Brasileira-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink) começa a se delinear uma terceira corrente no pensamento econômico brasileiro que defendia o planejamento estatal com ampla participação do capital estrangeiro. Entre seus principais representantes estavam Valentim Bouças ligado às empresas multinacionais e dono da revista Observador Econômico e Financeiro, os técnicos do governo Glycon de Paiva e Sílvio Froes de Abreu, Lucas Lopes e Rui Miller Paiva, o general Juarez Távora ligado à UDN e os deputados Odilon Braga da UDN-MG e Horário Lafer do PSD-SP. Essa corrente, que chamaremos “industrialista entreguista”, consolidou-se nas décadas de 1950 e 1960 quando passou a ser liderada por Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen e Delfim Neto.

A criação em 1946 da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP também contribuiu para o aprimoramento teórico do debate econômico no Brasil. As revistas mensais de ampla circulação Digesto Econômico da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e O Observador Econômico e Financeiro adotavam uma linha editorial liberal, mas abriam espaço para dezenas de autores liberais e industrialistas excluídos das revistas FGV e da CNI.

O propósito deste trabalho é aferir a validade da hipótese que o pensamento econômico brasileiro durante o governo Dutra é a expressão subjetiva das disputas entre as frações de classe da grande burguesia em torno da condução da política econômica.

Para atingir este objetivo, o artigo busca avaliar o posicionamento das diferentes frações da grande burguesia e de seus ideólogos nos debates sobre a inflação, o câmbio, a industrialização, a agricultura, os transportes, a energia elétrica, o petróleo e o planejamento econômico. O período entre 1946 e 1950 foi dividido em três momentos - a hegemonia liberal até meados de 1947, a crise de hegemonia entre o segundo semestre de 1947 e o primeiro semestre de 1948 e a etapa de hegemonia industrialista a partir de meados de 1948.

A identificação das controvérsias e a periodização se baseiam na leitura e sistematização de centenas de artigos e livros publicados na época, cuja referência completa não cabe no escopo deste artigo. O resgate da extensa literatura posterior que discute o pensamento e a política econômica da segunda metade dos anos 1940 também está fora do escopo deste trabalho.

Cumprir notar a ausência de um debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil até 1949. Embora o termo desenvolvimento tenha sido utilizado de forma descuidada no interior de

alguns artigos, a expressão desenvolvimento econômico não aparece³ nos títulos das centenas de artigos publicados no Brasil entre 1946 e 1949. A teoria do desenvolvimento econômico só começa a se difundir no Brasil na virada para os anos 1950 com a publicação do texto de Prebisch (1949) sobre os termos de troca.

A HEGEMONIA LIBERAL

Em 1946, a ordem mundial que iria emergir da Segunda Guerra ainda não estava clara. Nos Estados Unidos as tropas estavam sendo desmobilizadas e os controles econômicos removidos. A Europa estava destruída. O governo norte-americano defendia uma ordem internacional orientada por três eixos: câmbio fixo com paridades ajustáveis, comércio multilateral e financiamento privado da reconstrução da Europa e desenvolvimento da América Latina. Os países europeus e latino-americanos defendiam o aumento da ajuda externa oficial dos EUA. A proposta estadunidense de reconstrução e desenvolvimento liderada pela expansão internacional do capital norte-americano fortalecia os liberais brasileiros.

No Brasil o ano de 1946 foi marcado pelo breve retorno da democracia. O General Eurico Gaspar Dutra assume a presidência no final de janeiro e a assembleia constituinte prolongou-se de fevereiro a setembro. Os latifundiários e a grande burguesia estavam divididos entre os getulistas no PSD e os opositores na UDN, mas a relação entre ambos partidos era muito amistosa.

O governo Dutra começou em meio a uma intensa campanha dos comerciantes, banqueiros e latifundiários em defesa da proposta dos liberais de controle da inflação por meio de políticas monetárias e fiscais contracionistas. Na Conferência Nacional das Classes Produtoras de Teresópolis em 1945, a tese de controle da inflação através da restrição das emissões e dos gastos públicos, que era defendida pelos comerciantes e latifundiários, predominou sobre a tese de controle da inflação através do aumento da produção defendida pela burguesia industrial⁴. A Confederação Nacional do Comércio (1946) atribuía inflação à emissão de moeda decorrente do superávit comercial e do déficit público. O Digesto Econômico (1946f), editado pela Associação Comercial de São Paulo, defendia o controle da inflação através da restrição do crédito e dos gastos públicos.

³ Evidente que podemos encontrar exceções, como o livro de Américo Barbosa de Oliveira (1946) chamado “O desenvolvimento planejado da economia brasileira”, mas a escassez de títulos com a palavra desenvolvimento nos anos 1940 contrasta com a proliferação do uso desta palavra entre os títulos de artigos e livros escritos no Brasil nos anos 1950.

⁴ Teotônio Monteiro de Barros Filho (1945) afirma que a tese predominante na Conferência de Teresópolis era que a emissão excessiva resultou na aceleração da inflação a partir de 1942, provocando a realimentação entre preços e salários. Alcântara de Oliveira (1945) mostra que os industriais presentes na conferência respondiam que o aumento da produção é a melhor maneira de adequar a produção ao meio circulante excessivo. Segundo o editorial do Digesto (1945, p.14), a Conferência de Teresópolis fez três recomendações para conter a inflação, “o controle da expansão do meio circulante, a fim de evitar o agravamento do desequilíbrio entre ele e o volume físico dos bens produzidos; o estímulo à produção; e o adiamento de obras e empreendimentos públicos considerados adiáveis” e improdutivos.

Os textos dos autores ligados à burguesia comercial e financeira também mostram apoio destas frações de classe à proposta liberal de controle da inflação⁵.

Os teóricos liberais mais influentes eram Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões da FGV. Segundo Gudín (1947a) a teoria keynesiana era válida em condições de desemprego, mas na economia brasileira vigorava o hiperemprego, de modo que a política de expansão do crédito proposta pelos industrialistas resultaria em inflação. Gudín (1947b, 1948) defendia o aumento da taxa de juros para ampliar a poupança. Bulhões e Kingston (1947) afirmavam que a causa da inflação era emissão de moeda decorrente do saldo da balança comercial, da expansão do crédito e do déficit público. Bulhões e Kingston defendem a redução dos gastos públicos e criticam a proposta industrialista de controlar a inflação ampliando a produção.

Os representantes da burguesia comercial-financeira comandaram a equipe econômica nos dois primeiros anos do governo Dutra. O banqueiro ligado à Associação Comercial de São Paulo, Gastão Vidigal, assumiu o ministério da Fazenda no início de 1946, prometendo controlar a inflação através da redução dos gastos públicos e das emissões. Apesar do discurso de austeridade, as emissões e o déficit público aumentaram ao longo do ano. O PIB cresceu 11,6% em 1946 e inflação manteve-se no patamar de 16%.

A divisão da grande burguesia, verificada no debate sobre a inflação, também ocorria nas discussões sobre o reaparelhamento e a política cambial. O problema do reaparelhamento econômico era crítico, especialmente nos setores de infraestrutura de energia e transporte. O governo contava com uma ampla disponibilidade de reservas internacionais acumuladas durante a guerra. Mas a reconversão da economia dos EUA e a reconstrução da Europa resultavam na escassez de bens de capital no mercado internacional, e o problema do reaparelhamento era tratado como uma questão militar entre os norte-americanos⁶.

A burguesia comercial e financeira e os latifundiários estavam bastante otimistas com a normalização do comércio internacional. Os representantes destas frações de classe argumentavam que o controle de importações impedia o reaparelhamento da indústria e da infraestrutura de energia e transporte e defendiam a liberalização das importações e a manutenção da paridade cambial para promover o reaparelhamento da indústria e infraestrutura e atrair o capital estrangeiro. A

⁵ João Di Pietro (1946, 1947) e Clóvis Leite Ribeiro (1948), das associações de lojistas de São Paulo, defendiam uma política anti-inflacionária de controle do crédito e do gasto público, a eliminação dos controles de preços e a liberalização das importações e exportações. Dario de Almeida Magalhães (1947b), diretor do Correio da Manhã, afirmava que o controle de preços era incompatível com a democracia. Fernando Mibielle de Carvalho (1947) do FMI apontava como causas da inflação as emissões, o déficit público, o superávit comercial, as dificuldades nos transportes e as obras suntuárias na capital.

⁶ A necessidade de promover o reaparelhamento era apontada por diversos autores como o industrialista entreguista Joaquim Bouças (1946) e o militar nacionalista Nelson Werneck Sodré (1949b). Braddy Junior (1946), da marinha norte-americana, relata as negociações para a compra de 23 navios pelo Lloyd Brasileiro nos EUA. A imprensa econômica noticiava a viagem do general Macedo Soares aos EUA para negociar a importação de navios e equipamentos para as ferrovias e as tratativas do brigadeiro Guedes Muniz nos EUA que resultaram na construção da Fábrica Nacional de Motores.

Associação Comercial de São Paulo (1946b) revela que os comerciantes presentes na Conferência de Teresópolis defendiam a liberalização das importações para estimular o reaparelhamento da indústria e agricultura⁷.

De outro lado, a burguesia industrial criticava o liberalismo econômico e defendia a desvalorização da paridade cambial e o aumento das tarifas alfandegárias. A crítica dos industrialistas ao liberalismo da burguesia comercial e dos latifundiários pode ser constatada no Editorial do Observador Econômico Financeiro (1947a), que condenava as classes produtoras (comerciantes e latifundiários) paulistas pela defesa intransigente do liberalismo, ignorando a situação dos outros estados. O militar socialista Nelson Werneck Sodré (1946) também criticou o liberalismo da burguesia comercial e dos latifundiários, e lamentou o retorno da tese da vocação agrária.

O debate em torno das tarifas alfandegárias revela as disputas entre as frações da grande burguesia no início do governo Dutra. A burguesia comercial e os latifundiários denunciavam as elevadas tarifas alfandegárias brasileiras, quando a comissão criada para a conferência de Genebra descobriu que a proteção fornecida pelas tarifas brasileiras era muito baixa. O líder industrial paulista Horário Lafer do PSD-SP apresentou um projeto elevando as tarifas alfandegárias, que foi rejeitado pelo deputado liberal Aliomar Baleeiro da UDN-BA⁸.

O otimismo com a normalização do comércio internacional era compartilhado pela equipe econômica de Dutra, recrutada no seio da burguesia comercial-financeira. A equipe de Dutra acreditava que a liberdade às importações e aos fluxos de capital iria ajudar a conter a inflação, atrair capital estrangeiro e promover o reaparelhamento da infraestrutura e da indústria. O câmbio foi mantido fixo na paridade de CR\$ 18,5 por dólar desde 1939 e a liberalização iniciada por Pires do Rio no governo provisório de Linhares foi aprofundada pelo banqueiro Gastão Vidigal. A escassez de produtos industrializados no mercado internacional limitava as importações brasileiras resultando em um superávit em transações correntes no ano de 1946, que fortalecia a proposta da burguesia comercial de liberalizar as importações.

As disputas entre as frações da grande burguesia também marcaram o debate sobre a intervenção do Estado na economia e o planejamento. A burguesia comercial, os banqueiros e os latifundiários exportadores defendiam o liberalismo econômico e identificavam o dirigismo com a

⁷ O apoio da burguesia comercial à liberalização cambial com o objetivo de promover o reaparelhamento foi descrito pelo Digesto (1946c, 1946g) e pela Associação Comercial de São Paulo (1946a). O relato de Moitinho (1945) também aponta o predomínio da tese que a liberalização cambial iria promover o reaparelhamento na Conferência de Teresópolis. A expectativa dos comerciantes de um rápido crescimento das exportações foi apontada pelo Digesto (1946d) da ACSP e pelo ex-deputado Cristovan Dantas (1946) ligado aos latifundiários.

⁸ O debate sobre a participação do Brasil no GATT também revela as disputas entre as frações da grande burguesia. Os economistas da CNI liderados por Rômulo de Almeida (1947) criticavam a participação do Brasil no GATT enquanto os liberais ligados à FGV apoiavam a participação do Brasil no acordo multilateral de livre comércio. Os representantes da burguesia industrial associada ao capital estrangeiro como Horário Lafer e a revista Observador Econômico e Financeiro também apoiavam a participação brasileira no GATT.

ditadura. O predomínio da ideologia liberal entre a burguesia comercial-financeira ficou evidente na Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis, que recomendou a “plena liberdade de iniciativa e de empresas, com redução do intervencionismo estatal [...] a democracia política se justaporá, assim, à democracia econômica” (Digesto, 1946a, p.20). A Confederação Nacional do Comércio (1946) lembrava que a Conferência de Teresópolis defendeu o livre mercado e a extinção dos órgãos de controle. Os autores liberais condenavam o dirigismo crescente. O jornalista Dario de Almeida Magalhães (1947a) e o líder da ala liberal da UDN, Aliomar Baleeiro (1948), afirmavam que o dirigismo e o planejamento eram incompatíveis com a democracia. Os professores da Universidade do Brasil, Alde Sampaio (1948) e Costa Pinto (1949b), criticavam a ampliação da atuação do Estado.

A burguesia industrial e suas associações de classe argumentavam que o planejamento era compatível com a democracia. Rômulo de Almeida da CNI e Roberto Simonsen da FIESP defenderam a compatibilidade entre a democracia e o planejamento na Conferência de Teresópolis, que foi reafirmada por diversos autores como o deputado José Augusto (1947) da UDN-RN ligado aos comerciantes e industriais potiguares, Nuno Fidelino Figueiredo (1947) da USP e Djacir de Menezes (1948b) da Universidade do Brasil.

O debate sobre o setor elétrico estava polarizado entre os liberais e os técnicos nacionalistas. Os liberais que representavam a burguesia comercial-financeira e as empresas estrangeiras do setor elétrico defendiam a ampliação do investimento privado no setor elétrico. A posição liberal saiu vencedora no debate sobre o setor elétrico na Conferência Nacional das Classes Produtoras de Teresópolis de 1945 que defendeu a ampliação das tarifas, a revisão do Código de Águas e o crédito público para as empresas privadas do setor. De outro lado os militares e técnicos nacionalistas abrigados no Conselho Federal do Comércio Exterior, no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e na Chesf defendiam a determinação das tarifas pelo custo histórico e a progressiva nacionalização do setor elétrico. A Constituição de 1946 manteve a determinação das tarifas pelo custo histórico que era defendida pelos técnicos nacionalistas, mas permitia a participação do capital estrangeiro no setor elétrico, que era defendida pelas entidades de classe da grande burguesia.

O debate sobre o setor de petróleo também estava polarizado entre os liberais que defendiam a participação do capital estrangeiro e os militares e técnicos nacionalistas que defendiam o monopólio estatal na produção de petróleo. Entre 1934 e 1943 o Governo Vargas estabeleceu uma política nacionalista de recursos minerais. A partir de 1943 os liberais começam a ganhar posições. A entrada do Brasil na guerra ao lado dos EUA em troca do apoio norte-americano aos projetos da CSN e da CVRD levou Vargas a amenizar a orientação nacionalista da política de petróleo. Em 1945 os entreguistas recebem o apoio da grande burguesia reunida na Conferência de Teresópolis

que defendeu a atração do capital privado nacional e estrangeiro para os setores de mineração e petróleo. A Constituição de 1946 permitiu a participação do capital estrangeiro na mineração e no setor de Petróleo através da associação com sociedades organizadas no país e suprimiu a cláusula de nacionalização progressiva das riquezas do subsolo da constituição de 1937. Ainda em 1946 o Conselho Nacional de Petróleo (CNP) autorizou a construção das refinarias privadas de Manguinhos e Capuava. Em 1947 o CNP determinou a criação de uma comissão para elaborar uma legislação favorável ao capital estrangeiro, conhecido como o Estatuto do Petróleo⁹.

A CRISE DA HEGEMONIA LIBERAL

Em 1947, o cenário internacional se define com o início da guerra fria. O avanço do comunismo na Europa e Ásia e a tentativa frustrada da Inglaterra de retornar à conversibilidade revelaram a inviabilidade do projeto de reconstrução liderada pelo capital privado norte-americano. Em meados de 1947, os EUA respondem com o Plano Marshall de reconstrução da Europa capitalista e do Japão e as intervenções militares na Grécia e na Turquia. Na América Latina as disputas diplomáticas sobre a ajuda externa, que começaram na conferência interamericana da Cidade do México em 1945, prosseguiram nas conferências de Petrópolis em 1947 e Bogotá em 1948, quando os governos latino-americanos criticaram duramente a exclusão do continente no Plano Marshall e as delegações dos EUA responderam que os países da América Latina deveriam recorrer ao capital privado norte-americano. Ante o impasse nas reuniões interamericanas, os países latino-americanos buscaram pressionar os EUA na ONU, o que resultou na criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A reconstrução da Europa com recursos oficiais dos EUA e a exclusão do Brasil do Plano Marshall fragilizou os liberais brasileiros.

A guerra fria chegou rapidamente ao Brasil. Após o crescimento do PCB na eleição de 1947, a burguesia comercial e industrial defendeu a união do PSD e da UDN contra os comunistas. O governo e a oposição acusavam os comunistas de praticarem atos terroristas e defendiam a repressão aos comunistas para salvar a democracia. A violenta repressão ao PCB ajudou a selar a aliança entre as diferentes frações da burguesia e os latifundiários em torno do governo Dutra.

A elevada inflação em 1946 resultou na queda de Gastão Vidigal ao final do ano. O empresário do setor de petróleo com fortes vínculos com os banqueiros e latifundiários, Correia e Castro, assumiu o Ministério da Fazenda em outubro de 1946, prometendo reduzir os gastos públicos e as emissões para controlar a inflação. Correia e Castro levou a cabo um forte aperto fiscal e monetário em 1947, que provocou baixo crescimento, falências e temor de uma corrida

⁹ A proposta de ampliação do capital estrangeiro se estendia à mineração em geral. O influente geólogo Glycon de Paiva (1946) e o relatório do Departamento Nacional de Produção Mineral elaborado por Antônio José Alves de Souza (1948) defenderam a participação do capital estrangeiro na mineração e o incentivo à exportação de minérios.

bancária. O aumento das importações permitiu a queda da inflação. O PIB cresceu 2,4% e a inflação caiu para 9% em 1947.

Os comerciantes e banqueiros iniciaram uma dura campanha denunciando o rigor excessivo da política monetária do governo, que culminou nos discursos de Vargas (1947) entre maio e julho no Senado que acusavam a política monetária do governo Dutra de provocar uma recessão. A campanha contra a política anti-inflacionária atingiu seu nível mais intenso no primeiro semestre de 1948. O governador de São Paulo Ademar de Barros criticava Correia e Castro pela escassez de crédito, os latifundiários defendiam o aumento do crédito para a agricultura no Congresso e os banqueiros se reuniram com Correia e Castro exigindo o aumento do redesconto e do crédito. A campanha dos comerciantes e banqueiros contra a política de anti-inflacionária de Correia e Castro fragilizou a hegemonia liberal no debate sobre a inflação.

A crise cambial também contribuiu para enfraquecer os liberais. No início de 1947 o governo ainda afirmava que a situação cambial era tranquila, como se pode comprovar pela Mensagem de Dutra ao Congresso (1947, p.31), na qual declarava que “a situação cambial do Brasil não deixa preocupações no momento”. A crise cambial só ficou evidente em junho de 1947. A inflação acumulada desde 1939 em um contexto de câmbio fixo havia promovido uma forte valorização do câmbio real. A recuperação da capacidade de exportação dos EUA resultou no forte crescimento das importações brasileiras no primeiro semestre. A queda das reservas em moedas conversíveis e o aumento dos atrasados comerciais obrigou o governo a instituir o controle de importações por cooperação e enviar um memorial da Cexim ao Congresso admitindo o esgotamento das reservas. O câmbio foi mantido fixo na paridade de CR\$ 18,5 por dólar.

A HEGEMONIA INDUSTRIALISTA

A combinação do planejamento econômico minucioso com as vultosas doações de equipamentos e insumos dos EUA viabilizou a rápida reconstrução das economias europeias entre 1948 e 1950. As moedas europeias foram desvalorizadas em 1949. A integração europeia avançou com a criação do Benelux em 1948 e da União Europeia de Pagamentos em 1950.

O avanço do comunismo na periferia e a pressão dos governos latino-americanos levaram os EUA a mudar seu discurso para a América Latina. Em meados de 1948 os EUA prometeram uma ajuda de US\$ 500 milhões para a América Latina e enviaram a Missão Abbink para apaziguar os ânimos no Brasil. No início de 1949 o ponto IV do discurso de posse de Truman anunciou um programa de ajuda para os países menos desenvolvidos. O secretário de Estado norte-americano Dean Acheson (1950, p.25) afirmou que o objetivo do programa era garantir a “liberdade e a

democracia” ante o avanço do “imperialismo soviético”. Apesar desta mudança do discurso, os recursos oficiais norte-americanos destinados à América Latina nos anos 1940 foram irrisórios.

Os industrialistas como Richard Lewinsohn (1949c) e Roberto Pinto de Souza (1949a) e os liberais como Dario de Almeida Magalhães (1948, 1949) e Garrido Torres (1950a, 1950b) reclamavam que a ajuda prometida aos países latino-americanos durante a guerra não se concretizou e o Brasil só recebia equipes financeiras que defendiam políticas econômicas ortodoxas para atrair investimento estrangeiro privado. A exclusão do Brasil do plano Marshall fortaleceu os industrialistas.

Nos dois anos finais do governo Dutra os liberais continuaram defendendo que a inflação era o resultado das emissões provocadas pelo déficit público. No entanto, após a campanha contra a política de restrição do crédito de Correia e Castro, os comerciantes e banqueiros deixaram de apoiar estas teses liberais e passaram a apoiar a proposta industrialista de controle da inflação através do aumento da produção, como ficou evidente na reação da burguesia reunida na Conferência de Araxá contra a missão Abbink.

A proposta dos liberais de restrição do crédito e dos gastos públicos orientou o relatório da missão Abbink (1949), que acusava os industrialistas de adotar a tese de poupança forçada e criticava esta tese argumentando que, quando a inflação atinge um patamar elevado, instala-se uma espiral de preços e salários que desvia os investimentos para aplicações improdutivas e afasta o capital estrangeiro.

Os industrialistas reagiram na Conferência das Classes Produtoras de Araxá em 1949, quando a CNI (1950a, 1950c) criticou a proposta liberal de corte do crédito e dos gastos públicos argumentando que estas políticas iriam agravar a escassez de oferta acelerando a inflação. A CNI também criticava a tese de hiper-emprego de Gudin respondendo que a maior parte da população brasileira estava ocupada na agricultura com produtividade muito baixa. Nesta situação de desemprego qualitativo, a transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria aumenta a produtividade do trabalho, permitindo conciliar a aumento do investimento com uma expansão moderada do consumo. Os industrialistas defenderam a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura e criação de um banco de desenvolvimento para ampliar o crédito seletivo, o que viabilizaria a ampliação da oferta e assim o controle da inflação.

O liberal Octávio Gouvêa de Bulhões (1950), que compôs a Missão Abbink, respondeu que a tentativa de ampliar o investimento sem reduzir o consumo resultaria em excesso de demanda e, conseqüentemente, em inflação. Mas a pressão da CNI resultou no veto da Conferência de Araxá ao relatório da Missão Abbink.

A oposição da grande burguesia às políticas de controle do crédito também ficou evidente na incapacidade do governo de aprovar o projeto de criação do Banco Central, que estabelecia uma regra para a condução da política monetária¹⁰.

A pressão da grande burguesia obrigou o governo a modificar a política anti-inflacionária. Entre 1948 e 1950 os representantes da burguesia industrial ganharam força dentro da equipe econômica e promoveram a expansão do crédito e do gasto público. O ano de 1948 foi marcado pela contradição entre a política monetária expansionista do industrialista Guilherme da Silveira no Banco do Brasil e a política fiscal de controle do déficit público do liberal Correia e Castro na Fazenda. Embora Correia e Castro e Guilherme da Silveira negassem as divergências, a pressão da grande burguesia levou Correia e Castro a pedir demissão em meados de 1949, sendo substituído pelo próprio Guilherme da Silveira, que promoveu uma forte expansão do crédito e dos gastos públicos. O PIB cresceu 9,7% em 1948, 7,7% em 1949 e 6,8% em 1950. O aumento das importações manteve a inflação sob controle, atingindo nestes três anos 5,9%, 8,1% e 9,2%.

O controle de importações realizado pelos bancos em 1947 foi um fiasco¹¹. As importações e remessas continuaram elevadas e o ano se encerrou com um elevado déficit em transações correntes. O desequilíbrio externo se concentrava nas transações com moedas conversíveis. Ante fracasso do controle de importações realizado pelos bancos, o governo estabeleceu o controle de importações por licença prévia no início de 1948, exigindo dos importadores a obtenção de uma licença expedida pela Cexim. A paridade cambial foi mantida em CR\$ 18,5 por dólar. O controle de importações por licença previa revelou-se eficaz para reduzir o déficit externo e deslocar as importações para as moedas inconvertíveis. No ano seguinte a queda das exportações exigiu um controle drástico das importações, mas o deslocamento das importações para as moedas inconvertíveis amenizou as dificuldades externas. Em 1950, o forte aumento do preço do café

¹⁰ Em meados de 1947 o ministro da Fazenda Correia e Castro encaminhou ao Congresso um projeto de criação do Banco Central e o deputado Alde Sampaio solicitou que seu projeto de lei monetária fosse anexado para apreciação. O debate sobre a criação do Banco Central se orientava por duas questões - o papel do Estado no setor financeiro e a condução da política monetária por regras ou discricionária. O projeto de Correia e Castro expressava a visão dos técnicos do Banco do Brasil. O projeto ampliava a atuação do estado no setor financeiro prevendo além da criação do Banco Central, a criação do Banco Hipotecário, o Banco Rural, o Banco Industrial, o Banco de Investimentos e o Banco de Importação e Exportação. O projeto também previa uma regra inspirada no padrão ouro na qual o Banco Central teria o monopólio das emissões, mas a política monetária seria limitada por uma regra de que o lastro em ouro correspondesse a 25% das emissões. Os substitutivos de Horacio Lafer e Daniel Faraco representavam os interesses da iniciativa privada defendendo a criação apenas do Banco Central e uma política monetária discricionária. Na discussão sobre a lei monetária, o projeto de Alde Sampaio (1949) definia uma regra para condução da política monetária baseada na Teoria Quantitativa da Moeda, além da desvalorização automática do câmbio nominal para manter a estabilidade do câmbio real. Os representantes da iniciativa privada recusaram a proposta de regra monetária e defenderam uma política discricionária. Daniel Faraco (1949) argumentou que uma política por regras limitaria o crescimento. Bulhões (1949) afirmou que uma política discricionária acentuaria o ciclo gerando inflação no crescimento e deflação na crise. Eugenio Gudin (1949) argumentou que uma política por regras provocaria deflação na crise e que o Banco Central Norte-Americano praticava uma política discricionária. Daniel Faraco e Bulhões também apontaram a dificuldade de definir um índice de preços para a regra monetária.

¹¹ No controle de câmbio por cooperação os bancos deveriam comprar as divisas dos exportadores, revender 30% destas divisas para o Banco do Brasil e revender os 70% restantes para operações de importação e remessas segundo uma lista de essencialidade.

resultou no aumento das exportações que, combinada com o rígido controle de importações, refletiu-se no superávit em transações correntes.

O agravamento da crise cambial uniu a grande burguesia em torno da proposta industrialista de controle das importações pelo governo, mas as diferentes frações da grande burguesia continuavam divergindo quanto à desvalorização da paridade cambial.

O capital estrangeiro no setor elétrico fazia lobby pela manutenção da paridade para aumentar a receita em dólares das remessas de lucro. Os banqueiros apoiavam a manutenção da paridade porque esta era a orientação do FMI e da banca internacional. Os cafeicultores também defendiam a manutenção da paridade temendo que uma desvalorização resultasse em queda do preço internacional do café¹². De outro lado, a burguesia industrial defendia a desvalorização da paridade e o aumento das tarifas alfandegárias, pois temia que a valorização do câmbio real aumentasse a concorrência com os produtos importados. Os produtores e exportadores de algodão, madeiras, mate, milho, fumo e cera de carnaúba, que enfrentavam dificuldade para ampliar as exportações, também defendiam a desvalorização da paridade cambial. Este embate entre as frações da grande burguesia se refletiu do debate entre os liberais da FGV e da Missão Abbink e os industrialistas da CNI.

Os ideólogos liberais da FGV ligados aos comerciantes e banqueiros utilizavam três argumentos para defender a política de manutenção da paridade cambial e controle de importações: o clima adequado ao capital estrangeiro, o controle da inflação e a manutenção do preço do café. O argumento que o câmbio fixo era interpretado pelo sistema financeiro norte-americano como um sinal de credibilidade da política anti-inflacionária, contribuindo para atrair o capital, fica evidente em Jorge Kafuri (1947). O argumento que o câmbio fixo contribuía para controlar a inflação pode ser ilustrado pelo texto de Gudín (1947c). Mas o principal argumento utilizado pelos liberais para condenar uma desvalorização da paridade cambial era a possibilidade de queda dos preços do café. O influente artigo de Eugenio Gudín e Jorge Kingston (1949) afirmava que, nos países que exportam bens industrializados, com demanda elástica, uma desvalorização cambial amplia a receita das exportações. Nos países que exportam alimentos, com uma demanda inelástica, a desvalorização iria reduzir a receita em dólar das exportações. A conclusão do raciocínio é que uma desvalorização cambial acompanhada pela queda dos preços do café reduziria a receita das exportações brasileiras.

¹² A burguesia comercial era tradicionalmente contrária às políticas de controle de importações, mas aceitou esta política mantendo sua aliança com os banqueiros e os latifundiários. O apoio dos comerciantes à política de câmbio fixo e controle de importações fica evidente nos textos de Garcia Bastos (1949) e Décio Ferrais Novais (1949), da Associação Comercial de São Paulo. Segundo o Observador (1948, 1949b), os representantes da Bolsa do Rio de Janeiro e da Associação Comercial do Rio de Janeiro defendiam o câmbio múltiplo. O Observador (1950) também revela as críticas discretas dos comerciantes ao controle de importações, apesar do apoio formal a esta política.

Os liberais da Missão Abbink (1949) também defendiam a política de controle das importações e manutenção da paridade cambial para evitar a queda do preço do café e criar um clima favorável para o capital estrangeiro. Vários autores que mantinham posições intermediárias entre o liberalismo e o industrialismo também compartilhavam o temor que uma desvalorização cambial provocasse inflação e deterioração dos termos de troca¹³.

Os industrialistas da CNI (1950b) criticaram a tese dos liberais que a desvalorização provocaria queda do preço do café respondendo que ante a desvalorização cambial realizada nas economias europeias, o Brasil também deveria promover uma desvalorização cambial. Os autores da CNI (1950a) também criticaram as propostas da Comissão Abbink de criar um clima adequado ao capital estrangeiro respondendo que os movimentos internacionais de capital eram inexistentes no pós-guerra, por mais liberal que fosse a legislação. Nas contribuições à Conferência das Classes Produtoras de Araxá, a CNI (1950c) argumentou que a escassez de dólares era um problema estrutural decorrente do crescimento do PIB superior às exportações, o que indicava a necessidade de aprofundar a industrialização por substituição de importações. Tal diagnóstico levava à defesa da desvalorização cambial, do aumento das tarifas alfandegárias e do controle de importações.

A crise cambial e o consenso das diferentes frações da grande burguesia em defesa do controle das importações - em que pese as divergências quanto a proposta de desvalorização da paridade cambial - resultaram na união da grande burguesia em torno do projeto de industrialização.

A crise cambial de 1947 deixou claro que as restrições externas enfrentadas entre 1914 e 1945 não haviam sido superadas desfazendo as esperanças de normalização do comércio internacional. A pauta de importações concentrada em insumos básicos e equipamentos mostrava que o agravamento das restrições externas poderia inviabilizar o crescimento industrial, exigindo a atuação imediata do Estado na promoção da industrialização. Esta discussão sobre a pauta de importações desdobrou-se no debate sobre o comportamento dos preços das exportações e importações e a necessidade de acelerar a industrialização para substituir importações. Conforme a crise cambial se agravava, a burguesia comercial e os latifundiários passaram a defender a industrialização para substituir importações advogada pela burguesia industrial.

A posição da burguesia industrial em defesa da industrialização pode ser ilustrada pelos artigos de Djacir de Menezes (1949) da Universidade do Brasil e Roberto Pinto de Souza (1948a) da USP. Ambos os autores, ligados à FIESP, retomam a análise de Roberto Simonsen sobre a perda de substância do comércio internacional dos países que exportam produtos agrícolas e defendem a industrialização para substituir importações.

¹³ Esse é o caso do professor Djacir de Menezes (1947), da Universidade do Brasil, e dos professores Roberto Pinto de Souza (1948b) e Dorival Teixeira Vieira (1949d), da USP. Hélio Schlittler (1949) realizou uma regressão econométrica com os dados do período 1919-1939, que revelou uma demanda bastante inelástica para o café nos Estados Unidos, reforçando a tese dos liberais.

A convergência da burguesia comercial em direção as teses industrialistas pode ser ilustrada pelos artigos dos professores mais influentes da USP, ligados à burguesia comercial paulista, que passaram a reconhecer a necessidade de substituir importações através da industrialização. Dorival Teixeira Vieira (1948, 1949a, 1949b) argumenta que a industrialização modificou a pauta de importações exigindo a substituição de importações na indústria pesada. Seu argumento põe em destaque o baixo valor específico das exportações agrícolas. Teotônio Monteiro de Barros Filho (1948) afirmava, por sua vez, que o baixo preço e a alta instabilidade dos produtos primários impunham a opção pela industrialização¹⁴.

A aliança da grande burguesia em torno da necessidade de acelerar a industrialização se desdobrou na união da grande burguesia rural e industrial em torno do projeto de modernização capitalista do latifúndio. O silêncio da burguesia industrial quanto à reforma agrária, combatida pelos latifundiários, permitia esta aliança¹⁵.

Os latifundiários e seus representantes apontavam os problemas da erosão do solo e da baixa produtividade agrícola e defendiam a modernização da agricultura por meio da produção nacional de tratores e fertilizantes. Os grandes agricultores também defendiam o aumento do crédito para a agricultura e a adoção de uma política de preços mínimos. O consenso entre os latifundiários e seus representantes quanto ao projeto de modernização da agricultura pode ser ilustrado por diversos autores como o ministro da Agricultura Daniel de Carvalho (1948, 1949a) da UDN, que defendia a modernização da agricultura por meio de investimentos em mecanização, fertilizantes, transportes, energia e pesquisa agrônômica, além de uma política de preço mínimo e crédito¹⁶. A burguesia industrial apoiava esta proposta de modernização agrícola dos latifundiários. Nas “Contribuições do

¹⁴ A formação de um consenso em torno da industrialização também pode ser observada em diversos artigos sobre o setor têxtil. A forte queda das exportações têxteis no pós-guerra levou os representantes da burguesia industrial e comercial a concordarem sobre a necessidade de proteger o mercado interno do setor. O consenso entre os representantes da grande burguesia fica evidente nos artigos de Heitor Ferreira Lima (1946) e Roberto Pinto de Souza (1949c) ligados à FIESP e Dorival Teixeira Vieira (1949c) ligado aos comerciantes paulistas. Os empresários reunidos na segunda convenção têxtil nacional em 1949 atribuíam a crise ao aumento dos custos em um contexto de câmbio fixo.

¹⁵ A bancada do Partido Comunista Brasileiro no Congresso defendeu a reforma agrária até ser caçada no início de 1948. O discurso de Prestes (1946) no Senado defendeu a distribuição de terras para eliminar as relações pré-capitalistas no campo, promovendo a diversificação da agricultura, melhoria da condição de vida no campo e formação de um mercado interno. Na imprensa econômica, o socialista Moacyr Paixão (1949a, 1949b) e o comunista Nelson Werneck Sodré (1949c) defendiam a reforma agrária como condição para ampliar o mercado interno. Os latifundiários apoiavam as políticas de colonização no Paraná e Centro Oeste, mas se opunham tenazmente à distribuição das terras já ocupadas pelo latifúndio. A burguesia industrial e financeira e seus representantes silenciavam quanto ao problema da reforma agrária, apoiando tacitamente os latifundiários. O governo, dominado pelos representantes políticos dos latifundiários, também se silenciava. Após as declarações da ONU defendendo a reforma agrária nos países subdesenvolvidos, o ministro da Agricultura Daniel de Carvalho da UDN elaborou um tímido projeto de lei de reforma agrária engavetado pelo Congresso. Ante o receio dos latifundiários, Daniel de Carvalho (1948, 1949a, 1949b, 1950) respondeu que o latifúndio não existe no Brasil e que a lei de reforma agrária buscava garantir financiamento, preços mínimos e assistência técnica aos agricultores, e não iria distribuir terras.

¹⁶ O influente jornalista agrícola Pimentel Gomes (1947, 1949) afirmava que o setor agrário apoiava o crescimento da siderurgia por permitir a melhoria dos transportes e maquinário agrícola. A mecanização e uso de fertilizantes era defendida pelos liberais como Costa Pinto (1949a), pelos industrialistas como Djacir de Menezes (1948a) e Froes de Abreu (1949) e por dezenas de artigos na imprensa econômica.

departamento econômico da CNI à conferência das classes produtoras 1949 em Araxá”, a CNI (1950c) defendia a política de modernização da agricultura através da mecanização e do uso de implementos químicos.

Desde a Conferência de Teresópolis em 1945 a grande burguesia já defendia que o problema dos transportes teria de ser resolvido pelo Estado. Ao longo do governo Dutra o problema dos transportes se agravou fortalecendo a campanha da grande burguesia pelo investimento público no setor. A normalização do comércio internacional permitiu o aumento da importação de caminhões, mas as rodovias eram muito precárias. A normalização do comércio também saturou o porto de Santos. A concorrência com os caminhões resultou na estagnação da carga transportada e prejuízos crescentes na maioria das ferrovias. De outro lado o forte crescimento industrial de São Paulo e o aumento da produção de aço da CSN saturaram as linhas férreas que ligavam São Paulo com Santos e Volta Redonda, provocando desespero dos industriais paulistas.

Os representantes das ferrovias privadas como Pelágio Gomes (1948a, 1948b) atribuíram a crise das ferrovias ao crescimento das tarifas abaixo da inflação e defendiam a encampação das empresas. Os autores industrialistas como Nelson Werneck Sodré (1947, 1948a, 1948b, 1949a), Américo Barbosa de Oliveira (1947a, 1947b), Álvaro de Souza Lima (1946) e Francisco Prestes Maia (1947/48) atribuíam a crise das ferrovias à baixa densidade do tráfego decorrente do latifúndio, criticavam os planos de transporte por ignorarem o critério de densidade do tráfego e fizeram uma intensa campanha pela ampliação dos investimentos nas ferrovias, rodovias, portos e na frota de navegação que atendiam à indústria.

A forte pressão dos latifundiários e dos comerciantes obrigou os governos municipais e estaduais a construir dezenas de estradas e o governo federal a realizar as obras previstas no programa de primeira urgência de 1945. A mudança da prioridade da política de transportes imposta pelos comerciantes e latifundiários refletiu-se no Plano Nacional de Viação enviado ao congresso em 1948, que atribuía às rodovias o papel central na expansão da malha viária. A pressão da burguesia industrial paulista com “fome de aço” obrigou o governo federal a encampar as ferrovias inglesas e a ampliar os investimentos públicos nas estradas de ferro que atendiam a indústria pesada. A pressão da burguesia industrial e comercial também forçou o governo Dutra realizar elevados investimentos no porto de Santos, nas obras previstas no Plano de Reparcelamento e Ampliação dos Portos Organizados (1947) e na aquisição de navios para o Lloyd e o CNP.

Ao longo do governo Dutra a oferta de energia elétrica no Rio e São Paulo pelo grupo Light parecia crescer a uma taxa satisfatória, mas o problema da escassez de energia elétrica era duramente sentido em Minas Gerais e nas regiões Sul e Nordeste, o que resultou na formação de um consenso das diferentes frações da grande burguesia em torno de duas propostas: a criação de

sistemas regionais de transmissão abastecidos por grandes usinas¹⁷, e ; a ampliação da capacidade de geração através do investimento das empresas privadas estrangeiras no eixo Rio-São Paulo e do investimento estatal no Sul, Nordeste e Minas Gerais. Este consenso se expressou em diversos artigos de autores ligados à burguesia comercial, industrial e agrária¹⁸ e nas contribuições da CNI (1950c) à conferência das classes produtoras de Araxá em 1949.

A pressão da grande burguesia obrigou o governo federal e os governos estaduais a ampliarem os investimentos no setor elétrico no Nordeste, no Sul e em Minas Gerais. A atuação do governo federal concentrou-se na construção da usina e das linhas de transmissão de Paulo Afonso, iniciada em 1949. Os governos estaduais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro também começaram a investir no setor elétrico.

A pressão da grande burguesia também forçou os técnicos e militares nacionalistas, os liberais e os técnicos entreguistas a convergirem naquilo que tinham em comum, a defesa do investimento estatal nas regiões que não atraíam o interesse do setor privado.

A convergência dos militares e burocratas nacionalistas pode ser ilustrada pelo Plano Nacional de Eletrificação de 1946 e pelos artigos dos técnicos Antônio José Alves de Souza (1950a, 1950b) e Carlos Berenhauer Júnior (1948a, 1948b, 1948b), que defendiam a interligação das usinas em sistemas de transmissão regionais, a ampliação do crédito para as empresas privadas do eixo Rio-São Paulo e o investimento público nas outras regiões através dos programas estaduais e do investimento federal em Paulo Afonso. Esta convergência também fica evidente no Plano Salte (1948), elaborado pelos técnicos nacionalistas do Dasp, que reuniu diversos projetos de investimento dos planos estaduais de eletrificação e da Chesf.

A convergência dos industrialistas entreguistas fica evidente no Plano de Eletrificação de Minas Gerais, elaborado por Lucas Lopes (1946), que apontava o círculo vicioso entre baixa demanda por energia, baixo investimento em geração, baixa industrialização, baixa demanda por energia e etc. para defender a proposta técnica de criação de um sistema interligado com grandes usinas. E justificava o investimento público no setor elétrico em virtude da alta capitalização, elevados retornos de escala e externalidades positivas que caracterizam o setor. O Relatório da Missão Abbink (1949), redigido pelos industrialistas entreguistas, também defendia o apoio estatal

¹⁷ Em meados dos anos 1940 a interligação do sistema elétrico no Brasil era muito precária. A escassez de energia em várias outras cidades obrigou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a atuar na coordenação do setor elétrico, redirecionando a energia excedente em algumas cidades para as cidades próximas. Esta atuação foi decisiva na formação do consenso quanto à necessidade criar sistemas de transmissão regionais.

¹⁸ Entre os textos defendendo o investimento público no setor elétrico fora do eixo Rio-São Paulo podemos apontar os de Dorival Teixeira Vieira (1948, 1949a) ligado à burguesia comercial, Daniel de Carvalho (1949a) ligado aos comerciantes e latifundiários, Digesto (1946b, 1946e, 1947) ligado a Associação Comercial de São Paulo, Roberto Pinto de Souza (1949b) ligado à burguesia industrial e Observador (1947b, 1947c, 1947d) ligado à burguesia industrial associada ao capital estrangeiro. A participação decisiva do ministro da agricultura Apolônio Sales na aprovação da lei de criação da Chesf em 1945 também evidencia o apoio dos latifundiários à atuação do Estado no setor elétrico fora do eixo Rio-São Paulo.

às empresas estrangeiras no eixo Rio-São Paulo e o investimento público nas outras regiões através dos planos estaduais e da construção de Paulo Afonso.

A polarização do debate entre os nacionalistas e entreguistas só foi retomada no final do ano de 1950 após a Light reconhecer a escassez de energia culpando a falta de chuvas e decretar um racionamento no Rio de Janeiro e em São Paulo, provocando a ira da burguesia industrial.

No disputas sobre o setor de petróleo, após um período de avanço liberal, os nacionalistas voltam a ganhar terreno a partir de 1947. A campanha pelo monopólio Estatal do Petróleo, iniciada pelo Partido Comunista¹⁹, ganha força com os debates no Clube Militar. O debate começa com as conferências o general entreguista Juarez Távora (1947) que defendeu a colaboração com o capital estrangeiro argumentando que o Brasil não possuía o capital e a capacidade técnica para produzir e refinar o Petróleo. Os nacionalistas reagiram com as conferências do general Horta Barbosa (1947) que defendeu o monopólio estatal para garantir a segurança nacional e do ex-presidente Arthur Bernardes (1948) que argumentou que o capital estrangeiro no setor de petróleo iria criar uma ingerência estrangeira na política interna.

A campanha dos nacionalistas crescia quando o governo enviou ao congresso o projeto do Estatuto do Petróleo no início de 1948, que pretendia atrair o capital estrangeiro para o setor de petróleo²⁰. Os militares e jornalistas nacionalistas reagiram criando o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), apoiado pelo Partido Comunista na clandestinidade. O manifesto dos jornalistas em defesa do petróleo nacional (1948) afirmava que o capital estrangeiro iria interferir na política nacional e defendia o monopólio estatal. Em setembro de 1948, após uma cerimônia no CEDPEN, a polícia do governo reprimiu violentamente os estudantes e militares nacionalistas, levando à intervenção da Polícia do Exército dominada pelos nacionalistas que afugentou a polícia de Dutra. O governo atribuiu o confronto à infiltração do Partido Comunista, mas a violenta repressão aos militares e jornalistas nacionalistas acirrou definitivamente os ânimos, colocando o problema do petróleo no centro do debate nacional. A campanha do “Petróleo é Nosso” espalhou-se pelo Brasil atraindo estudantes, intelectuais e trabalhadores.

Com o crescimento da campanha pelo monopólio estatal, a votação do projeto do Estatuto do Petróleo foi sendo adiada por manobras parlamentares. O governo terminou arquivando o Estatuto do Petróleo e teve que ampliar o investimento estatal no setor. O CNP iniciou a construção das refinarias estatais de Mataripe e Cubatão e do oleoduto entre Santos e São Paulo, adquiriu vinte

¹⁹ O Partido Comunista apresentou dois projetos assinados por Carlos Marighela em meados de 1947 que determinavam a criação de uma autarquia para explorar o petróleo nacional e vetavam a propriedade estrangeira no setor. Mas os projetos foram ignorados pelos nacionalistas que não tinham interesse em se vincular publicamente com os comunistas.

²⁰ Os redatores do Estatuto do Petróleo, Odilon Braga (1948) da UDN-MG e Glycon de Paiva (1948), apresentaram os pontos centrais do projeto de lei. Para Braga e Paiva, o projeto reservava para o capital nacional os setores de refino e distribuição para o mercado interno, permitia o capital estrangeiro na exploração em geral além do refino e distribuição para a exportação, e determinava o pagamento de royalties para o Estado e o dono da terra.

e dois navios-tanques e criou a Frota Nacional de Petroleiros. O presidente do CNP, João Carlos Barreto (1947, 1948, 1949), destacava os investimentos do governo e se defendia da acusação de entreguista alegando que a atuação do CNP estava de acordo com a orientação nacionalista do Plano Salte.

Com o engavetamento do Estatuto do Petróleo, os deputados nacionalistas voltaram a criticar a concessão para as refinarias privadas de Manguinhos e Capuava. Durante as eleições de 1950 o debate sobre as areias monazíticas também foi retomado pelos nacionalistas²¹.

A crise cambial de 1947, a oposição às políticas de contração do crédito e o agravamento dos problemas na infraestrutura de energia e transporte contribuíram para a formação de um relativo consenso da grande burguesia comercial, industrial e agrária em torno da necessidade de ampliar a atuação do Estado na economia, o que diminuiu as resistências ao planejamento. Como expressão dos interesses destas frações de classe foram elaborados dois planos econômicos: o Plano Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE) e o plano da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Abbink).

O Plano Salte (1948) foi elaborado pelos técnicos nacionalistas do Dasp por sugestão dos líderes da UDN e do PR, que exigiam uma racionalização dos gastos públicos para integrar o governo Dutra. O Plano Salte não pode ser considerado um plano de desenvolvimento, pois não pretendia coordenar o investimento privado e não criou novos projetos de investimento integrados por uma diretriz comum. O Plano era apenas de um orçamento dos investimentos públicos, que reuniu os projetos de investimento elaborados anteriormente pelo Ministério da Agricultura, Chesf, DNER etc²².

Apesar de suas limitações, o Plano Salte foi decisivo para consolidar o consenso da grande burguesia e dos técnicos do governo em torno da proposta de ampliar os investimentos públicos em infraestrutura. O Plano sistematizava em um único documento a posição dos técnicos nacionalistas nos diferentes debates da época, apontando investimentos públicos na modernização da agricultura, no reaparelhamento das ferrovias, portos e frota de navegação, na expansão das rodovias, nas usinas hidroelétricas e na prospecção e refino de petróleo. O processo de tramitação do Plano Salte no

²¹ Em 1946 os deputados nacionalistas acusavam Correia e Castro de favorecimento na licitação da refinaria de Capuava. Em 1949 os nacionalistas passaram a criticar as empresas privadas pela demora em iniciar as obras para a construção das refinarias de Manguinhos e Capuava. As areias monazíticas eram utilizadas para fabricar o material radioativo das bombas atômicas norte-americanas. Na conferência interamericana da Cidade do México em 1945 o Brasil se comprometeu a exportar as areias monazíticas para os EUA. Os nacionalistas criticaram o acordo nuclear em meados dos anos 1940 e voltaram a criticar as exportações de areias monazíticas durante a campanha eleitoral de 1950.

²² Richard Lewinsohn (1949a, 1949b), que comandou a elaboração do Plano Salte no Dasp, argumenta que o plano surgiu da necessidade de coordenar os investimentos públicos. Lewinsohn aponta três tipos de planejamento: o socialista, que orienta toda a economia, o planejamento dirigista do plano Monet da França, que coordena o investimento privado e público, e o planejamento complementar do Plano Salte, que busca coordenar apenas os investimentos do Estado.

Congresso também foi importante para unir lideranças políticas de diferentes partidos em torno da proposta de planejamento²³.

A Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink, era composta por economistas estadunidenses e brasileiros. O objetivo da Missão Abbink era propor reformas institucionais que viabilizassem a atração do capital privado norte-americano e a obtenção de recursos oficiais do Bird e do Eximbank.

Os resultados práticos da missão Abbink foram nulos. O relatório da Missão Abbink (1949) não pode ser considerado um plano de desenvolvimento, pois não indicava nenhum projeto de investimento, alegando que os projetos já haviam sido apresentados no Plano Salte. A missão Abbink falhou em atrair o capital estrangeiro privado, pois os fluxos internacionais de capital eram inexpressivos no pós-guerra. Também falhou em obter empréstimos oficiais, pois a América Latina não era prioridade para os EUA e o relatório não apresentou os projetos de investimentos que eram exigidos para a concessão de crédito. Apesar do fracasso em atrair o capital estrangeiro, o plano Abbink foi decisivo para cristalizar o projeto industrialista entreguista ao combinar a proposta dos liberais de colaboração com o capital estrangeiro com a proposta dos industrialistas de acelerar a substituição de importações na indústria pesada e de ampliar os investimentos públicos nas ferrovias e no setor elétrico fora do eixo Rio-São Paulo.

No final do governo Dutra a grande burguesia estava unida em torno da proposta de planejamento. O apoio da burguesia comercial e dos banqueiros às propostas da burguesia industrial fica evidente na Conferência das Classes produtoras de Araxá de 1949, que recomendou a ampliação da industrialização para substituir importações e a modernização da agricultura, defendeu o planejamento do investimento público na infraestrutura de energia e transporte, e silenciou quanto à questão do petróleo. O Observador (1949a, p.22) apontou a vitória das teses industrialistas e o isolamento dos liberais em Araxá, argumentando que a “participação vigorosa das forças industriais no comando do pensamento e da ação das classes conservadoras brasileiras” resultou no caráter mais “ousado e objetivo” da conferência de Araxá em relação ao tom “doutrinário” da conferência de Teresópolis²⁴.

²³ O Plano Salte foi enviado para a comissão composta por Arthur da Souza Costa (PSD-RS), Odilon Braga (UDN-MG) e Mario Brandt (PR-MG), que aprovou o Plano alegando que o planejamento decorre da racionalização inerente ao capitalismo democrático. A participação dos deputados da UDN na elaboração do Plano Salte ampliou o apoio ao planejamento, isolando os deputados liberais. Na virada para os anos 1950 os autores ligados aos latifundiários como Testa (1951) e Candido da Motta Filho (1951) afirmavam que o plano ensinou que a democracia era compatível com o planejamento. O Plano Salte terminou sendo aprovado em 1950, mas foi abandonado pelo governo Vargas em 1951.

²⁴ Na conferência de Araxá o líder industrial Horácio Lafer (1949a, 1949b), defendeu a criação do Ministério da Economia para realizar o planejamento e criticou a restrição do crédito, afirmando que a causa da inflação é a baixa produção. O líder industrial Israel Pinheiro (1949) apoiou a proposta de Lafer de criar um Ministério da Economia para realizar o planejamento. Nas “Contribuições do departamento econômico da CNI à Conferência das Classes Produtoras de 1949, em Araxá” a CNI (1950c) apontou como principais reivindicações da burguesia industrial: (a) priorizar o uso de divisas para o reaparelhamento da indústria, (b) desenvolver a produção de máquinas e insumos básicos, (c) ampliar as exportações de manufaturados e minérios, (d) desenvolver a produção-refino-armazenagem de petróleo e a geração

CONCLUSÃO

No início do governo Dutra a grande burguesia estava dividida nos debates sobre a inflação, o câmbio e o planejamento. Os comerciantes, os banqueiros e os latifundiários defendiam a tese liberal de controle da inflação por meio de uma política monetária e fiscal restritiva, apoiavam a liberalização do comércio exterior e a manutenção da paridade do cambial, denunciavam o dirigismo estatal e identificavam a democracia com o liberalismo econômico. A burguesia industrial defendia o controle da inflação através do crescimento da oferta, o controle de importações, a desvalorização da paridade cambial e o planejamento. Os debates sobre o setor elétrico e a produção e refino de petróleo estavam polarizados entre a proposta de apoio às empresas privadas da grande burguesia e a proposta de nacionalização dos técnicos nacionalistas.

A crise cambial de 1947 e dura a reação dos comerciantes, banqueiros e latifundiários contra a política de restrição de crédito de Correia e Castro resultam na crise da hegemonia liberal.

Nos anos finais do governo Dutra os liberais continuaram defendendo a proposta de controle das emissões e gastos públicos, mas a burguesia comercial e financeira e os latifundiários passaram a apoiar a proposta da burguesia industrial de controle da inflação através do aumento da produção. A grande burguesia também se uniu em torno da política de controle de importações, embora os comerciantes, financistas e cafeicultores continuassem defendendo a manutenção da paridade cambial enquanto a burguesia industrial defendia a desvalorização da paridade. A crise cambial resultou na união da grande burguesia em torno do projeto de industrialização, que se desdobrou na aliança em torno do projeto de modernização capitalista do latifúndio. A grande burguesia também estava unida em torno da tese que caberia ao Estado resolver o problema dos transportes e da proposta de ampliação do investimento público no setor elétrico nas regiões que não atraíam o interesse da iniciativa privada. No debate sobre o Petróleo, a campanha popular do Petróleo é Nosso obrigou o governo a ampliar o investimento público no setor. A união da grande burguesia em torno das propostas industrialistas se desdobrou no apoio generalizado ao planejamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHERSON, Dean. As importações americanas e uma nova tarefa. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.168, jan. 1950.
- ANÁPIO GOMES. Economia de guerra no Brasil. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.154, nov. 1948.

hidroelétrica através do crédito às empresas privadas e investimento público, (e) reequipar os transportes através do investimento público e de subsídios ao setor privado. Estas reivindicações revelam que a burguesia industrial apoiava o controle de importações e o investimento público nos setores de infraestrutura de energia e transporte, mas era contrária ao monopólio do Estado nestes setores e se opunha ao monopólio estatal na produção e refino de Petróleo.

- ALCÂNTARA DE OLIVEIRA, Eduardo. Renda nacional e elevação do nível de renda. **Digesto Econômico**, ano 1, n.8, jul. 1945.
- ALMEIDA, Rômulo de. O Brasil e a conferência de comércio. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.132, jan. 1947.
- _____. Experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia. **Estudos Econômicos**, ano 1, v.2, jun. 1950.
- ALVES DE SOUZA, Antônio José. Economia dos minerais estratégicos. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 41 a 46, abr a set. 1948.
- _____. Sistemas Elétricos. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.173, jun. 1950a.
- _____. Urgência de mais energia. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.178, nov. 1950b.
- ARTHUR BERNARDES. **O petróleo Brasileiro e o monopólio estatal**, conferência do Sr. Arthur Bernardes em 7-4-1948. Em: *Petróleo*, v. II. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1954 (1948).
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO. Confisco Cambial. **Digesto econômico**, ano II, n. 14, jan. 1946a.
- _____. Análise da importação brasileira entre 1935 e 1945. **Digesto Econômico**, ano II, n. 18, maio 1946b.
- BALEIRO, Aliomar. Planificação. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 42, maio de 1948.
- BARROS FILHO. Teotônio Monteiro de. Preços: o problema do momento. **Digesto Econômico**, ano I, n. 9, ago. 1945.
- _____. O programa de recuperação europeia – impacto sobre as economias dos países latino-americanos. **Digesto econômico**, ano IV, n. 47, out. 1948.
- BERENHAUSER JR., Carlos. A eletricidade no panorama brasileiro. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 40, mar. 1948a.
- _____. Eletricidade em São Paulo. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.144, jan. 1948b.
- _____. Planificação dos serviços de eletricidade. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.146, mar. 1948c.
- BRADY JUNIOR, E.E. Nova frota para o Lloyd Brasileiro. **Digesto Econômico**, ano II, n. 16, mar. 1946.
- BRAGA, Odilon. O problema do petróleo. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 44, jul. 1948.
- BULHÕES, Octávio Gouvêa de. Lei Monetária. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n.2, abr. 1949.
- _____. **A margem de um relatório**. Edições Financeiras: Rio de Janeiro, 1950.
- BULHÕES, Octávio Gouvêa de; KINGSTON, Jorge. A política monetária para 1947. **Revista Brasileira de Economia**, v.1, n.1. jan-jun. 1947
- CARLOS BARRETO, João. Indústria do petróleo no Brasil. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.142, nov. 1947.
- _____. Providências tendentes à implantação da indústria de petróleo no Brasil. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.155, dez. 1948.
- _____. Discurso. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.163, ago. 1949.
- CNI. Revisão bibliográfica: relatório Abbink. **Estudos Econômicos-87654os**, ano 1, v.1, mar. 1950a.
- _____. Problema cambial no Brasil. **Estudos Econômicos**, ano 1, v.1, mar. 1950b.

- _____. Contribuições do departamento econômico da CNI à conferência das classes produtoras de 1949 em Araxá. **Estudos Econômicos**, ano 1, v.2 e 3, set. e dez. 1950c.
- COMISSÃO MISTA BRASILEIRA-AMERICANA DE ESTUDOS ECONÔMICOS/ ABBINK. Relatório final. Em: Bulhões, Octávio Gouvêa de. **A margem de um relatório**. Edições Financeiras: Rio de Janeiro, 1950 (1949).
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. A palavra do comércio em face do momento. **Digesto Econômico**, ano II, n. 22, set. 1946.
- COSTA PINTO, L. A. Impressões sobre a zona assolada no Vale do Paraíba. **Digesto Econômico**, ano V, n. 54, maio 1949a.
- _____. O estado como freguês. **Digesto Econômico**, ano V, n. 56, jul. 1949b.
- DANIEL DE CARVALHO. A reforma agrária. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 43, jun. 1948.
- _____. A estrutura agrícola do país e suas necessidades. **Digesto Econômico**, ano V, n. 57, ago. 1949a.
- _____. Estrutura agrária no Brasil. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.162, jul. 1949b.
- _____. Reforma agrária no Brasil. **Digesto Econômico**, ano VI, n. 70, set. 1950.
- DANTAS, Critovam. O Monroismo econômico no após-guerra. **Digesto Econômico**, ano II, n. 14, jan. 1946.
- PLANO DE REAPARELHAMENTO E AMPLIAÇÃO DOS PORTOS ORGANIZADOS. Distrito Federal: Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, 1947.
- DIGESTO. Editorial. **Digesto Econômico**, ano I, n. 9, ago. 1945.
- _____. Editorial. **Digesto Econômico**, ano II, n. 15, fev. 1946a.
- _____. O futuro está na eletricidade. **Digesto Econômico**, ano II, n. 15, fev. 1946b.
- _____. Editorial. **Digesto Econômico**, ano II, n. 15, abr. 1946c.
- _____. Panorama econômico. **Digesto Econômico**, ano II, n. 19, jun. 1946d.
- _____. Panorama econômico. **Digesto Econômico**, ano II, n. 20, jul. 1946e.
- _____. Editorial. **Digesto Econômico**, ano II, n. 24, nov. 1946f.
- _____. Panorama econômico. **Digesto Econômico**, ano III, n. 25, dez. 1946g.
- _____. Panorama econômico. **Digesto Econômico**, ano III, n. 26, jan. 1947.
- DI PIETRO, João. O controle de preços e seu fracasso no Brasil. **Digesto Econômico**, ano III, n. 25, dez. 1946.
- _____. Desorientação Econômica. **Digesto Econômico**, ano III, n. 26, jan. 1947.
- DUTRA, Eurico Gaspar. Mensagem para o Congresso. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.134, mar. 1947.
- FARACO, Daniel. Lei Monetária. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n.2, abr. 1949.
- FERREIRA LIMA, Heitor. A indústria têxtil no Brasil. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.122, mar. 1946.
- FIGUEIREDO, Nuno Fidelino. **Digesto Econômico**. Ano III, n. 33. Ago. 1947.
- FROES DE ABREU, Sílvio. Minerais para a agricultura. **Digesto Econômico**, ano V, n. 55, jun. 1949.
- GARCIA BASTOS, Francisco Garcia. Licença prévia. **Digesto Econômico**, ano V, n. 50, jan. 1949.
- GARRIDO TORRES, José. A conjuntura econômica brasileiro-Americana. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.168, jan. 1950a.
- _____. Como os americanos perdem um mercado de um bilhão de dólares. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.170, mar. 1950b.
- GUDIN, Eugênio. Taxa de juros. **Digesto Econômico**, ano III, n. 27, fev. 1947a.

- _____. A moeda de ação indireta e a taxa de juros. **Revista Brasileira de Economia**, v.1, n.2, 1947b.
- _____. O valor do cruzeiro. **Digesto Econômico**, ano III, n. 26, jan. 1947c.
- _____. O problema do dinheiro barato. **Revista Brasileira de Economia**, v.2, n.1, jan-mar. 1948.
- _____. Estabilização dos preços. **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n.3, jul-set. 1949.
- GUDIN, Eugênio; KINGSTON, Jorge. A taxa de equilíbrio do cruzeiro. **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n.3, jul-set. 1949.
- HORTA BARBOSA, Júlio Caetano. **Problemas do Petróleo do Brasil**, conferências do general J.C. Horta Barbosa, em 30-7 e 6-8-1947. Em: **Petróleo**, v. II. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1954 (1947).
- JOSÉ AUGUSTO. O estado e a economia. **Digesto Econômico**, ano III, n. 34, set. 1947.
- JOAQUIM BOUÇAS. Reabilitação Econômica. **O Observador Econômico e Financeiro**, n. 123, abr. 1946.
- KAFURI, Jorge. Taxa Cambial. **Revista Brasileira de Economia**, v.1, n.1, jan-jun. 1947.
- LAFER, Horário. A política do crédito. **Digesto Econômico**, ano V, n. 57, ago. 1949a.
- _____. Uma política econômica. **Digesto Econômico**, ano V, n. 59, out. 1949b.
- LEWINSOHN, Richard. O plano Salte. **Digesto Econômico**, ano V, n. 52, mar. 1949a.
- _____. O plano Monnet. **Digesto Econômico**, ano V, n. 53, abr. 1949b.
- _____. O fundo monetário e a escassez de dólares. **Digesto Econômico**, ano V, n. 55, jun. 1949c.
- LOPES, Lucas. Introdução ao plano de eletrificação de Minas Gerais. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.124, maio 1946.
- MAGALHÃES, Dario de Almeida. A crise e suas interpretações. **Digesto Econômico**, ano III, n. 31, jun. 1947a.
- _____. As ilusões da economia de força. **Digesto Econômico**, ano III, n. 32, jul. 1947b.
- _____. Temas e problemas em debate. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 44, jul. de 1948.
- _____. Temas e problemas em debate. **Digesto Econômico**, ano V, n. 54, maio 1949.
- MANIFESTO DOS JORNALISTAS EM DEFESA DO PETRÓLEO NACIONAL, 2-4-1948. Em: **Petróleo**, v. II. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1954 (1948).
- MENEZES, Djacir de. O dinheiro, os preços internos e os internacionais e a crise. **Digesto Econômico**, ano III, n. 35, out. 1947.
- _____. Problemas da produção agrícola. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 42, maio 1948a.
- _____. Simonsen e os problemas da economia nacional. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 43, jun. 1948b.
- _____. Equidade na troca internacional. **Digesto Econômico**, ano V, n. 59, out. 1949.
- MIBIELLE DE CARVALHO, Fernando. A inflação brasileira. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.133, fev. 1947.
- MOITINHO, Álvaro Porto. Os problemas de política comercial na conferência das classes produtoras. **Digesto Econômico**, ano 1, n.8, jul. 1945.
- MOTTA FILHO, Candido. Democracia executiva. **Digesto Econômico**, ano VIII, n. 83, out. 1951.

- NOVAIS, Décio Ferraz. Problemas da economia brasileira. **Digesto Econômico**, ano V, n. 52, mar. 1949.
- OBSERVADOR. Editorial. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.136, mai-jun. 1947a.
- _____. Planos de eletrificação. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.137, jul. 1947b.
- _____. Eletricidade e planejamento. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.140, set. 1947c.
- _____. HP. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.142, nov. 1947d.
- _____. Bolsa e título. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.153, out. 1948.
- _____. A conferência de Araxá. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.163, ago. 1949a.
- _____. Notas editoriais. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.165, out. 1949b.
- _____. Restrições diminuem e dificultam vendas. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.171, abr. 1950.
- OLIVEIRA, Américo Barbosa de. **O desenvolvimento planejado da economia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 1946.
- _____. Evolução econômica dos transportes ferroviários no Brasil. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 37, dez. 1947a.
- _____. Portos e navegação. **Digesto Econômico**, ano III, n. 36, nov. 1947b.
- PAIVA, Glycon de. Calógeras e o código de minas. **Digesto Econômico**, ano III, n. 25, dez. 1946.
- _____. Características do projeto do estatuto do petróleo. **Digesto Econômico**, ano V, n. 49, dez. 1948.
- PAIXÃO, Moacyr. Mercado interno para a indústria nacional. **Digesto Econômico**, ano V, n. 57, ago. 1949a.
- PAIXÃO, Moacyr. Estrutura do mercado rural. **Digesto Econômico**, ano V, n. 59, out. 1949b.
- PELÁGIO GOMES. As empresas concessionárias de serviços públicos de transporte e os destemperos fiscais. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 39, fev. 1948a.
- _____. Encampação e resgates de empresas concessionárias de serviços de utilidade pública. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 42, maio de 1948b.
- PIMENTEL GOMES. A siderurgia no Brasil. **Digesto Econômico**, ano III, n. 36, nov. 1947.
- _____. A erosão e a conservação dos solos. **Digesto Econômico**, ano V, n. 53, abr. 1949.
- PINHEIRO, Israel. Governo e a produção. **Digesto Econômico**, ano V, n. 57, ago. 1949.
- PINTO DE SOUZA, Roberto. Déficit na conta serviços em virtude da remessa de lucros e sobretudo juros da dívida externa, e dos fretes. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 48, nov. 1948a.
- _____. Paridade cambial do cruzeiro na presente conjuntura econômica. **Digesto Econômico**, ano V, n. 49, dez. 1948b.
- _____. Posição dos Estados Unidos em face da crise cambial. **Digesto Econômico**. Ano V, n. 56, jul 1949a.
- _____. Intervenção do estado na economia. **Digesto Econômico**, ano V, n. 52, mar. 1949b.
- _____. Indústria têxtil, exportação e consumo interno. **Digesto Econômico**, ano VI, n. n. 61, dez. 1949c.
- PLANO SALTE, Mensagem nº 196 de 10 de maio de 1948 e Lei 1102 de 18 de maio de 1950. Rio de Janeiro: DASP, (1948) 1950.

- PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n.3, jul-set. 1949.
- PRESTES, Luiz Carlos. Discurso pronunciado na assembleia nacional constituinte. Em: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. (1946).
- PRESTES MAIA, Francisco. O plano regional de santos. **Digesto Econômico**, ano III a IV, n. 36 a 46, nov. 1947 a set, 48.
- RIBEIRO, Clóvis leite. A inflação e o mecanismo dos preços. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 46, set. 1948.
- SAMPAIO, Alde. A acumulação de riquezas. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 48, nov. 1948.
- SAMPAIO, Alde. Lei Monetária. **Revista Brasileira de Economia**. v. 3, n.2, abr. 1949.
- SCHLITTLER DA SILVA, Hélio. A elasticidade da procura Norte-Americana de Café. **Revista Brasileira de Economia**, v.3, n.4, out-dez. 1949.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A indústria no Brasil. **O Observador Econômico E Financeiro**, n.120, jan. 1946.
- _____. O problema do porto de Santos. **Digesto Econômico**, ano III, n. 30 a 32, maio a jul. de 1947.
- _____. O sonho e a realidade. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.152, set. 1948a.
- _____. Um plano para o nosso tempo. **O Observador Econômico e Financeiro**, n.153, out. 1948b.
- _____. A revisão do plano de viação nacional. **Digesto Econômico**, ano V, n. 51, fev. 1949a.
- _____. Um momento de encruzilhada. **Digesto Econômico**, ano V, n. 52, mar. 1949b.
- _____. Problemas do Brasil atual. **Digesto Econômico**, ano VI, n. n. 61, dez. 1949c.
- SOUZA LIMA, Álvaro de. Viação Férrea Paulista. **Digesto Econômico**, ano III, n. 25, dez. 1946.
- TÁVORA, Juarez. **O petróleo no Brasil**, conferências do General Juarez Távara em 21-4, 19-6 e 19-6-1947. Em: *Petróleo*, v. II. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1954 (1947).
- TESTA, José. Deve-se abandonar o plano Salte? **Digesto Econômico**, ano VII, n. 80, jul. 1951.
- VARGAS, Getúlio. Discurso do senador Getúlio Vargas. **O Observador econômico e financeiro**, n.138, jul. 1947.
- VIEIRA, Dorival Teixeira. Meios para remediar a balança de pagamentos desfavorável do Brasil. **Digesto Econômico**, ano IV, n. 48, nov. 1948.
- _____. Os aspectos dominantes da indústria brasileira. **Digesto Econômico**, ano V, n. 52, mar. 1949a.
- _____. Problema da industrialização no Brasil. **Digesto Econômico**, ano V, n. 53, abr. 1949b.
- _____. Produtos brasileiros no mercado internacional – tecidos de algodão. **Digesto Econômico**, ano V, m. 58, set. 1949c.
- _____. Prováveis efeitos de uma possível desvalorização do cruzeiro. **Digesto Econômico**, ano VI, n. 61, dez. 1949d.